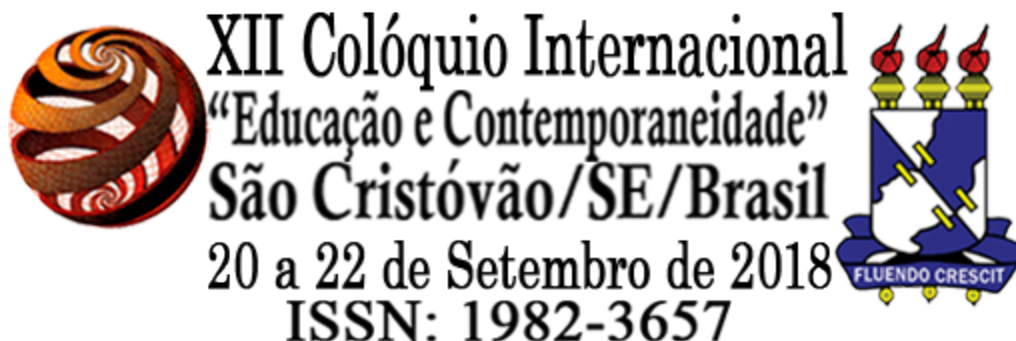




Recebido em:
02/07/2017
Aprovado em:
02/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE NO BRASIL

DAYSI LEAL DE SANTANA
IVAN MATOS CARVALHO

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

A presente pesquisa aborda a temática do desenvolvimento da educação, concernente ao ensino contábil no Brasil. Tem como finalidade destacar os principais avanços ocorridos ao longo dos anos, evidenciando ainda, as exigências para com o curso no país. O principal objetivo do estudo é compreender esta evolução e transcorrer até os dias atuais quais foram as principais mudanças ocorridas. A abordagem metodológica neste tema é decorrente do interesse em conhecer a história no que se refere ao ensino desta área, para isso, a coleta de dados se fará por meios bibliográficos. No que tange à educação é imprescindível conhecer qual sua proposta e sua resposta à sociedade que usufrui. Por esta razão buscou-se traçar sua evolução e os caminhos da educação contábil, apresentados por meio de obras científicas e decretos.

Palavras-chave: Evolução. Ensino contábil. Educação.

ABSTRACT

The present research deals with the development of education, concerning accounting education in Brazil. Its purpose is to highlight the main advances that have occurred over the years, evidencing also the requirements for the course in the country. The main objective of the study is to understand this evolution and to continue until the present day what were the main changes occurred. The methodological approach in this subject is due to the interest in knowing the history in what refers to the teaching of this area, for this, the data collection will be done by bibliographic means. As far as education is concerned, it is essential to know what its proposal and its response to the society it enjoys. For this reason it was sought to trace its evolution and the paths of accounting education, presented through scientific works and decrees.

Keywords: Evolution. Accounting education. Education.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência transformada pelo meio social, sua existência se dá desde o início da vida humana. Ao longo do tempo tornou-se destacada e passou a ser ensinada para a sociedade como profissão. Sua atuação foi

desenvolvida com o passar dos anos tendo em vista as exigências de cada época.

Diante do exposto, a pesquisa tem como problemática conhecer como se deu o desenvolvimento do ensino contábil no Brasil.

O objetivo central é compreender como ocorreu a evolução do ensino de contabilidade no Brasil e, especificamente, traçar cada fase do desenvolvimento ao longo dos anos, verificar quais as necessidades da época quanto ao curso e compreender quais as mudanças percorridas até a atual fase do ensino.

O interesse pelo tema advém do fato de existirem livros que contem a história, principalmente internacional, do curso, embora não haja abordagens específicas quanto o ensino desta área. Assim, a coleta de dados se dará por meio de embasamentos bibliográficos, fazendo uso de obras de autores, bem como de decretos e leis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Existente desde o princípio dos tempos, a Contabilidade é uma ciência social que sofre alterações com a sociedade. Sua expansão e aperfeiçoamento se deram ao longo dos anos, enquadrando-se com as necessidades de cada época e com a região inserida, mantendo sempre sua ideia central de avaliar a riqueza, como acréscimos e decréscimos do patrimônio dos indivíduos, conforme depreende ludicibus, Marion e Faria (2009).

Concernente a isto, seu ensino precisou se aprofundar em técnicas e métodos. E, no que tange a sua forma de ensino, especificamente no país, sofreu várias etapas a ser e ter o formato de hoje, desde os anos até os assuntos aplicados.

2.1 Evolução do Ensino Contábil no Brasil

Peleias et al (2007) realizou pesquisas voltadas para a área de educação contábil, buscando conhecer as transformações ocorridas na formação da profissão e do ensino no Brasil, elencando os marcos significativos para o desenvolvimento da contabilidade no Brasil.

É possível subdividir os marcos na evolução do ensino contábil no Brasil para melhor compreensão de cada evento que levou ao desenvolvimento cada vez maior da área. Ainda, colaborando com o detalhamento da evolução do ensino de contabilidade no Brasil, segue os autores Machado et al (2009) e Bielinski (2000) definindo e esclarecendo cada etapa.

2.1.1 Aulas de comércio

Por volta do ano de 1804 iniciou-se no Brasil o ensino de contabilidade na época chamado de ensino comercial. Contudo oficialmente o ensino só iniciou no ano de 1809 por meio do Alvará de 15 de julho do mesmo ano, concedido a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Bielinski (2000) comenta que as aulas eram destinadas a preparar comerciantes para o exame da Junta Comercial, que acabou não obtendo bons resultados.

As aulas eram ministradas pelos lentes – assim chamados os docentes. Devido a irregularidades observadas, estabeleceu-se por meio do Decreto 121 de 1842 critérios para a seleção desses profissionais, onde os indicados seriam avaliados pelo Governo Imperial. Definiu-se ainda por meio de outro decreto, que o período letivo duraria dois anos e para cursar era preciso ter mais de quatorze anos e ser aprovado em provas avaliativas. (Peleias et al. 2007).

2.1.2 Instituto comercial

Durante a década de 50 aconteceram eventos marcantes para o desenvolvimento do ensino contábil. Em maio de 1856 por meio do Decreto 1.763 a Aula de Comércio da Corte foi convertida em Instituto Comercial do Rio de Janeiro, alterando a nomenclatura e provocando grandes mudanças na grade curricular. Já no ano de 1857 a Aula de Comércio foi efetivamente extinta.

A regulamentação da profissão só ocorreu em 1870, uma das primeiras profissões regulamentadas no país. Entre final da década de 70 e início de 80 do século XIX novas mudanças ocorreriam no curso do Instituto Comercial, conforme Peleias et al (2007). Posteriormente, em 1882 o Instituto Comercial do RJ é extinto. Passado esse período e motivados pela economia crescente, o ensino comercial iniciou uma nova fase, com grandes mudanças e expansão entre 1889 e 1931.

2.1.3 Ensino comercial

Com o desenvolvimento advindo da expansão no comércio, no início do século XX, o ensino precisou organizar-se, e em 1902 o Instituto Comercial foi extinto e substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Por meio do Decreto 1.339 de 1905, o Governo Federal reconhecia a validade dos diplomas da Academia em todo o território nacional.

Os diplomas concedidos eram do curso de formação geral e prática (que habilitava à função de guarda-livros, perito judicial e empregos na Fazenda) e do curso de nível superior (curso preparatório para a formação comercial para cargos de chefe de contabilidade de Bancos e empresas, funcionário do Ministério e agente-consultor).

2.1.4 Curso profissionalizante

De forma sucinta, Peleias et al (2007) descreve a respeito dos Cursos Profissionalizantes ou de Ensino Técnico Comercial, instituídos por meio do Decreto 17.329 de maio/1926 que aprovou a determinação desses estabelecimentos de ensino para os cursos, obtendo a regulamentação da profissão de contador em 1931 – Decreto 20.158.

De acordo com este decreto (20.158 de 30 de junho de 1931), o ensino comercial era constituído por um curso introdutório, cursos técnicos (como os de guarda-livros, atuário, perito-contador e outros), curso superior de administração e finanças e, ainda, por um curso elementar de auxiliar do comércio, conforme artigo 2º. Ainda, no artigo 54, considera como contadores os que portarem diplomas conferidos por institutos de ensino comerciais reconhecidos oficialmente.

Devido à necessidade de acompanhar e adequar-se às legislações vigentes a Escola de Comércio do Liceu, reconhecida pela Diretoria do Ensino Comercial em 1933, teve a denominação mudada, na década de 40, para Escola Técnica de Comércio Béthencourt da Silva, mantendo o curso básico e o técnico de contabilidade. (BIELINSKI, 2000).

O Decreto-lei 6.141 de 1943 estabeleceu bases de organização e de regime do ensino comercial, dividindo-os em dois ciclos: o curso comercial básico e o curso comercial técnico - dentre os cinco cursos de formação oferecidos, o de Contabilidade. (PELEIAS et al, 2007).

Com base no decreto citado pelo autor, a finalidade do ensino comercial era formar profissionais aptos a exercer atividades no comércio e funções auxiliares em negócios públicos e privados, conforme o artigo 1º. O curso comercial básico com duração de quatro anos destinava-se a ministrar elementos gerais e fundamentais, e o técnico com duração de três (seção II, artigos 4º e 5º) técnicas de funções do comércio ou da administração – Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

O Decreto 14.373/1943 regulamenta a estrutura do ensino comercial. Já se tratando do curso de Contabilidade, o artigo 10 deste decreto traz as disciplinas que constituem este curso, entre as principais estão: contabilidade geral.

comercial, bancária, industrial, pública e outras, além das obrigatórias, como português, matemática e demais.

2.1.5 Ensino superior

Com o cenário de desenvolvimento produtivo surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, conforme Decreto-lei 7.988/1945, com duração de quatro anos e concessão do título de bacharel aos concluintes. O Decreto 8.191 do mesmo ano definiu as categorias profissionais, conforme expressa Machado et al (2009, p. 40):

As categorias até então existentes (guarda-livros, atuários, contadores, perito-contadores e bacharéis) foram agrupadas em duas novas categorias: de Técnico em Contabilidade – para os técnicos e guarda-livros, e Bacharel, para aqueles profissionais de nível superior – contador e perito.

Quanto ao ensino, em 1945 o Decreto 8.196 alterou alguns artigos oriundos do Decreto 6.141/43. O novo decreto apresenta algumas matérias como obrigatórias e outras de caráter facultativo, além de estabelecer as datas de início e término de período letivo, bem como sobre os exames de admissão e demais provas, definindo, ainda, que somente estabelecimentos de ensino comercial federal poderiam expedir diplomas.

O autor Machado (2009), segue declarando que foi criado no ano de 1946 o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com o intuito de definir as atribuições tanto do contador como do técnico da área contábil. Com a implantação do ensino superior o governo do Estado de São Paulo, no mesmo ano, instituiu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – FCEA, posteriormente denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA. (PELEIAS et al, 2007).

Em 1951, por força da Lei nº 1.401, separou-se o título de Bacharel em Contabilidade e de Bacharel em Ciências Atuariais, desdobrando as matérias específicas. A década de 80 ficou conhecida como a Década Perdida porque não houve mudanças no ensino superior contábil com base legal, somente a partir da década de 90, com o Plano Real e a estabilidade inflacionária, alterações voltam a ocorrer.

O ensino superior não parou de se desenvolver e até hoje tem mantido constante avanço. Novas diretrizes, pareceres e leis foram elaborados, formulados e aprovados ao longo do período visando cada vez mais a melhoria da graduação, não só na área contábil como em todos os níveis profissionais, além de buscar o atendimento de novas regras e avanço social-tecnológico.

2.1.6 Pós-graduação

Por meio da Lei 4.024 de 1961 se iniciou a discussão sobre a inclusão da Pós-graduação no Brasil e foi efetivamente implantada em 1965. O modelo sugerido foi o norte-americano, que por sua vez é baseado no germânico. Como o próprio nome já diz trata-se de um curso seguido após a graduação, por isso, conforme o art. 69 alínea b da mesma lei, as matrículas só seriam abertas a pessoas que já houvessem concluído a graduação e obtido o respectivo diploma.

No que concerne a pós, há dois caminhos distintos a serem seguidos. O *Stricto sensu*, que tem natureza acadêmica, de pesquisa e atua em setores profissionais com foco científico, onde seu elemento definidor é a pesquisa traduzida na formação de professores. O outro programa é o *Lato sensu*, ou especialização, que tem sentido prático-profissional, com ela é possível adquirir grau acadêmico.

É possível traçar uma linha temporal de acordo com o que destaca Peleias et al (2007) em seu artigo. Assim, em 1970 houve a implantação dos primeiros programas *Stricto Sensu* em Contabilidade no Brasil, a FEA da Universidade de São Paulo (USP) foi a pioneira no Programada de Mestrado, e em 1978 no de Doutorado. Não sendo implantado nenhum outro ao longo da década de 80.

Avançada a história, segue-se a 30 de janeiro de 2006, na cidade de Vitória/ ES, onde foi constituída formalmente a ANPCONT – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, organização sem fins lucrativos. Em seu site oficial descreve seu objetivo: “atuar na área de educação, congregando e representando as instituições brasileiras que mantêm cursos de mestrado e/ou doutorado em Ciências Contábeis”.

Por intermédio da história da educação superior em Contabilidade é possível entender os caminhos percorridos e a necessidade de adaptação necessária ao curso até o tempo atual.

3 METODOLOGIA

Para coleta de dados utilizar-se-á de embasamentos bibliográficos, principalmente artigos científicos, e decretos e leis. O levantamento realizado por meio da análise adquiriu informações quanto ao desenvolvimento da educação contábil.

4 ANÁLISE DE DADOS

Com base nos dados levantados e apresentados por meio do embasamento bibliográfico, é possível perceber que o ensino contábil sofreu várias alterações em decorrência das exigências de cada época. Neste estudo não se abordou a questão profissional de forma específica, mas cabe ressaltar que as mudanças no ensino decorrem do aperfeiçoamento profissional.

Desta feita, é imprescindível destacar como é necessário que não somente a profissão como também o ensino mantenham o desenvolvimento constante, visto que, se os conceitos da área sofrem alterações seu ensino deve estar pautado nestas mudanças, tornando-se cada vez mais atualizado.

Conhecer a biografia de um curso é tão importante quanto conhecer o desenvolvimento da educação do mesmo. Suas necessidades passaram por mudanças e o ensino deve atender a cada alteração provocada. Ter conhecimento do desenvolvimento do ensino faz com que o desejo de ser uma profissão cada vez mais completa continue presente em toda a história do curso.

É importante destacar resumidamente as alterações ocorridas ao longo dos anos, desde o nome do curso à suas necessidades de ensino, com base na pesquisa realizada pode-se compreender:

Tabela 1 – Desenvolvimento do Ensino Contábil

Ano	Curso	Características
1809	Aulas de comércio	Essas aulas eram destinadas a preparar comerciantes para o exame da Junta Comercial, sendo posteriormente extinta.
1857	Instituto comercial	Em 1870 a profissão é regulamentada e em 1882 o Instituto Comercial do RJ é extinto, iniciando uma nova fase, com grandes mudanças e expansão entre 1889 e 1931.
1902	Ensino comercial	Em 1902 o Instituto Comercial foi extinto e substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro.
		A regulamentação da profissão de contador se deu em 1931. Por meio do Decreto de 1943 o ensino

1943	Cursos profissionalizantes	comercial, dividiu-se em dois ciclos: o curso comercial básico e o curso comercial técnico.
1945	Ensino superior	Surge em 1945 o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, e em 1951 separa-se o título de Bacharel em Contabilidade e de Bacharel em Ciências Atuariais.
1961	Pós-graduação	Iniciou no ano de 1961 a discussão sobre a inclusão da Pós-graduação no Brasil que foi efetivamente implantada em 1965.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Cabe ressaltar ainda que o avanço é constante e que a educação ainda continua a desenvolver-se, sendo claro que o desfecho do ensino não se apresenta na década de 60 e que ainda há mudanças que precisam ou que deverão ocorrer ainda no futuro.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou conhecer o desenvolvimento percorrido pelo ensino da educação contábil. Foi possível compreender como se deu esse desenvolvimento, além de observar quais as necessidades que eram cobradas nas épocas abordadas.

Como é comum à ciência contábil, uma ciência social, seu desenvolvimento está diretamente ligado à sociedade. Com o passar dos anos, as exigências passaram a mudar e o ensino da contabilidade precisou sofrer alterações.

É notório que o ensino sofreu modificações que lhe proporcionaram diversas melhorias. Cabe destacar que o avanço não se estagnou, é possível que outras mudanças ocorram em pouco tempo, como também é importante não desconsiderar o estudo destas alterações, transformando-as em trabalhos científicos que possam ser conhecidos por estudantes e demais profissionais, e, assim, no futuro, o atual momento de ensino seja tratado em outras obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPCONT. **Histórico**. Disponível em: Acesso em 18 set. 2015.

_____. **Institucional**. Disponível em: < <http://www.anpcont.org.br/institucional> > Acesso em 18 set. 2015.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Educação profissional no século XIX** - Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofício: um Estudo de Caso. Boletim Técnico do Senac. Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 44-45, set./dez. 2000. Disponível em: . Acesso em: 10 de ago. 2015.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Parecer 977, de 03 de dezembro de 1965. Definição dos Cursos de Pós-Graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, set-dez. 2005.

_____. **Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: < http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.actionnumero=20158&tipo_norma=DEC&data=19310630&link=s > Acesso em 21 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 14.373, de 28 de dezembro de 1943.** Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D14373.htm > Acesso em 21 jun. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del6141.htm > Acesso em 21 jun. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 8.196 de 20 de novembro de 1945.** Altera disposições do Decreto-lei número 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8196.htm > Acesso em 21 jun. 2017.

_____. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: Acesso em 18 set. 2015.

IUDÍCUBIS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade Para o Nível de Graduação.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Daiane Pias et al. Incentivo à Pesquisa Científica Durante a Graduação em Ciências Contábeis: um Estudo nas Universidades do Estado do Rio Grande do Sul. **Ric - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 2, p. 37-60, abr./jun. 2009.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo. Edição 30 Anos de Doutorado, p. 19-32, jun. 2007.

Daysi Leal de Santana (autor)

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade José Augusto Vieira – Lagarto/SE

daysi.leals@hotmail.com

Ivan Matos de Carvalho (coautor)

Pós-Graduado em Controladoria e Finanças Empresariais e Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade José Augusto Vieira – Lagarto/SE

ivanmatoscontabilidade@gmail.com